



## VOTO DE SAUDAÇÃO

### 175º Aniversário da Cidade da Horta

No dia 31 de Agosto de 1833, segundo descrição de Marcelino de Lima, desceram todos à praça em frente das casas da Câmara Municipal onde estava sob formatura uma companhia de voluntários e ali o sub-perfeito Ávila, futuro Duque d'Ávila e Bolama, levantou vivas às Majestades, à Carta Constitucional, ao povo faialense e à cidade da Horta, os quais foram entusiasticamente correspondidos. Seguiram-se três descargas de fuzilaria: o castelo de Santa Cruz salvou. Segundo Silveira Macedo, no dia seguinte, domingo, celebrou-se na Matriz missa solene e *Te-Deum*, seguido novamente de descargas, vivas e uma salva no castelo a que se seguiu um lauto jantar. Reuniram-se então todas as autoridades e funcionários públicos nos paços do concelho de onde saíram até ao adro da igreja da Conceição e ali foi lido o alvará de 4 de Julho de 1833 pelo qual o Duque de Bragança, Regente em nome da Rainha, decide elevar a vila da Horta a cidade. A leitura terminou com entusiásticos vivas, girândulas de foguetes e repiques na igreja da Conceição, tendo o cortejo seguido para os portões de Porto Pim e depois para o largo do Colégio, repetindo-se de cada vez a leitura do real decreto, os vivas, as salvas e os repiques. A noite foi passada alegremente no teatro e durante três noites houve iluminações na cidade.

Foi o culminar de uma série de esforços que nesse sentido vinham sendo desenvolvidos desde 1670, ano em que, a 16 de Junho, se juntaram os juizes e oficiais da Câmara da Horta com o capitão-mor Jorge Gularte Pimentel e o sargento-mor Jorge da Terra da Silveira deliberando apresentar a Sua Majestade a pretensão de ver elevada a cidade a então vila da Horta.



*[Handwritten signature]*

Seria no entanto já nos anos 20 do século XIX que a intenção passou a ser apresentada com mais insistência, primeiro pela mão do deputado e distinto filho desta ilha Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, a 10 de Dezembro de 1821 e mais tarde, a 18 de Junho de 1822, por iniciativa do deputado Roque Furtado de Melo.

Nesse tempo entrava no Faial o regime liberal, e António José de Ávila foi eleito presidente da Câmara Municipal da Horta em 1831, e nesta qualidade dirigiu um manifesto ao governo da Rainha D. Maria II indicando as necessidades que reclamavam urgentes reformas, que eram, pode dizer-se, o programa antecipado de muitas das medidas que foram depois decretadas pela Regência. Organizando-se em 1832 um batalhão de voluntários, foi também nomeado capitão da 3.<sup>a</sup> companhia, que depois formou o núcleo de segundo batalhão de voluntários do norte do Faial. Em 7 de Abril do referido ano de 1832, D. Pedro IV visita o Faial e, tendo apreciado o jovem Presidente da Câmara, mandou, em nome da Rainha, a 5 de Junho seguinte, elevar os Açores à categoria de província de Portugal, nomeando-o Provedor do Concelho da Horta. Em 1833 António José de Ávila apresentou-se a D. Pedro tendo insistido para que a Horta fosse elevada a cidade.

Mas, se é verdade que a elevação da Horta a cidade se ficou a dever à capacidade política e de influência de António José de Ávila, não é menos verdade que ela espelha a afirmação e reconhecimento da pujança da Horta durante a primeira metade do século XIX.

O Faial assumira durante largas décadas uma posição relevante ao nível socio-económico no contexto dos Açores, nem sempre acompanhada da capacidade de influência política, é certo.

Houve um período, até meados do século XIX, que poderemos designar como o período de gestação política, durante o qual a afirmação do Faial decorreu



essencialmente do significado económico do seu porto, ainda sem doca, mas óptimo abrigo para as várias frotas que atravessavam o Atlântico e bem assim para o comércio dos produtos locais, cereais, primeiro, depois a laranja, o vinho e a aguardente, entre outros.

Podemos pois afirmar que foi a projecção económica que permitiu ao Faial manter-se na dianteira do desenvolvimento estratégico dos Açores. E foi essa afirmação que justificou, em 1833 a sua elevação a cidade e mais tarde, em 1876, muito pelo empenho do então deputado Filipe Augusto de Carvalho, o início da obra mais determinante para o seu desenvolvimento. Refiro-me naturalmente à doca do Faial. Esta obra resultou sobretudo de um processo de afirmação económica, decorrente das especiais características da baía da Horta e da importância que o seu porto já apresentava, antes mesmo da construção do molhe-cais. Com efeito, o movimento comercial deste porto acentuou-se desde o primeiro quartel do século dezanove com a afirmação da independência norte-americana, activando-se as comunicações entre o velho e o novo mundo. Concomitantemente, aumentaram as necessidades de arribação, crescendo igualmente a capacidade de abastecimento de víveres, material náutico e combustíveis. O cônsul John Dabney e família, chegados à Horta no ano de 1809, estiveram na dianteira deste processo. Em termos comerciais, os vinhos e fruta eram os produtos mais relevantes ao nível da exportação. Estes produtos viriam no entanto a declinar, em meados do século dezanove, para dar lugar ao movimento dos navios baleeiros, que aqui deixavam o seu óleo. A partir de 1856 e de forma mais regular em 1871, com a instalação da casa Bensaúde na Horta, iniciam-se ainda as ligações marítimas da Horta com o continente.

São pois estes alguns dos mais importantes protagonistas da construção da cidade da Horta que nos cabe aqui hoje invocar. A saga da nossa cidade e do seu porto prolongou-se pelos cabos submarinos, pelo Observatório



Meteorológico Príncipe Alberto do Mónaco, pela Estação Rádio-Naval da Horta, Estação Meteorológica da Marinha. Mais tarde, já em pleno século vinte, merece especial destaque o papel crucial que esta cidade desempenhou no desenvolvimento das primeiras ligações aéreas transatlânticas. Refiro-me concretamente ao trânsito de hidroaviões. Mais tarde, a partir das décadas 50/60, seriam os veleiros a movimentar e dinamizar o seu porto, movimento que aliás não pararia de crescer até aos nossos dias. E sempre a investigação! Príncipe Alberto do Mónaco, rei D. Carlos, capitão Afonso Chaves, são alguns dos nomes que marcam as primeiras investigações sérias que por aqui se realizam e que acabariam também por marcar uma vocação da Horta neste domínio, hoje concretizada pelo DOP e pelos seus investigadores.

Enfim, turismo, iatismo, muito especialmente, comércio, pescas, agricultura, investigação, educação, cultura, têm sido e serão, reforçadamente, no futuro, palavras-chave do nosso desenvolvimento, resultado dos investimentos estratégicos que têm sido efectuados na nossa ilha: os hotéis, a nova escola secundária, o polidesportivo, o teatro, a biblioteca pública, a fábrica de lacticínios, a nova rede viária, as intervenções já efectuadas no porto e o reordenamento a que será agora sujeito, as novas instalações do DOP, o centro de interpretação do vulcão, o aquário, são, entre muitos outros investimentos concretizados nos últimos anos, a marca da estratégia traçada.

Assim, considerando a importância de que se revestiu a elevação da Horta a cidade e o impacto que teve na afirmação deste pólo de desenvolvimento dos Açores, sendo por isso merecedor do nosso elevado reconhecimento.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, aprova um Voto de Saudação, pelas comemorações dos 175 anos da elevação da Horta de vila a cidade.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 1 de Julho de 2008.

O Presidente da Assembleia Legislativa  
da Região Autónoma dos Açores

Fernando Manuel Machado Menezes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO	
Entrada	2332 Proc. Nº 22-07
Data:	01 / 07 / 08